



SENADO FEDERAL
Serviço Público Federal

Tomando emprestado, como parâmetro para essa avaliação, o prazo de 60 dias estabelecido para a entrega dos relatórios, comprovantes e trabalhos monográficos de outros tipos de licenças e afastamentos. Nesse critério, somente o primeiro relatório se enquadraria como atraso – se o regulamento estabelecesse de fato um prazo. Todos os demais relatórios foram entregues em muito menos tempo.

Apesar disso, a fama foi de tal forma disseminada pelo SEPOS, que Diretor de Secretaria já me ligou por não aguentar mais ser cobrado por uma responsabilidade que era minha. Em outra ocasião, quando falei com a assessoria técnica da DGER a respeito deste processo, quase tive pedido negado porque já havia certa indisposição contra mim como se eu devesse documentos para o SEPOS. Se o que o SEPOS fez comigo não configurar um caso claro de assédio moral, não sei o que mais irá configurar!

E para coroar o sucesso da campanha negativa feita contra o meu nome, o mais recente despacho da DGER no processo, para minha infelicidade, também está contaminado. No ofício da DGER há grifos, negritos e apontamentos enfáticos a destacar a data em que enviei o relatório do 1º semestre de 2023: 06/10/2023, como se houvesse passado muito tempo. No relatório, um dos documentos que nos é solicitado é a grade horária das disciplinas matriculadas no período seguinte. Porém, o procedimento de inscrição nas disciplinas do semestre seguinte só acabou em 24/08/2023. Passou-se pouco mais de um mês entre a confirmação das disciplinas e o envio do relatório. Levando-se em consideração que há certa mão-de-obra envolvida na elaboração destes relatórios, me parece um prazo razoável. Além disso, não há prazo!

5.4 Excesso burocrático

Registre-se que no dia 15/06/2023, quatro meses antes, eu estava ainda respondendo o SEPOS sobre relatórios dos semestres 2/2022, 1/2022 e 2/2021 (inclusive alguns deles já entregues outras vezes). Quatro meses antes, em fevereiro de 2023, eu estava ainda tratando com o SEPOS sobre os relatórios de 01/2022 e 02/2021. Fica fácil perceber que uma atividade que na regra está estipulada para ocorrer uma vez ao longo de todo o afastamento (objetivamente tenho que entregar somente um relatório); e que no costume praticado na Casa deve ocorrer 2 vezes por ano (um